

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS

Presidente do Tribunal

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 a AGOSTO/2015

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.115.314.188,97</b>	<b>12.964.558,51</b>	<b>1.128.278.747,48</b>
Pessoal Ativo	890.371.927,46	12.640.200,58	903.012.128,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	224.942.261,51	324.357,93	225.266.619,44
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF )	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF ) (II)</b>	<b>203.227.781,28</b>	<b>12.226.615,16</b>	<b>215.454.396,44</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	20.569,89	0,00	20.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	11.349.799,85	12.226.615,16	23.576.415,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	191.857.411,54	0,00	191.857.411,54
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>912.086.407,69</b>	<b>737.943,35</b>	<b>912.824.351,04</b>

#### APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>		656.857.643.000,00
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100</b>	0,138856%	0,000112% <b>0,138968%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,255194%</b>	1.676.261.293,48
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,242434%</b>	1.592.448.228,80
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>0,229675%</b>	<b>1.508.635.164,13</b>

FONTE: SIAFI/ Tesouro Gerencial e CCIN/TRT 15ª Região

22/09/2015 15:00

#### Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:
  - despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 32.906.624,90;
  - despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 7.669.592,85.
- Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 – TCU – Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 137.735,98 referente a “Precatórios da Administração Indireta”.

Gustavo Fachim  
Ordenador de Despesas com Pessoal

Adriana Martorano Amaral Corchetti  
Diretora-Geral Substituta

Marco Antonio Fernandes  
Responsável p/ Controle Interno

Lorival Ferreira dos Santos  
Desembargador Presidente do Tribunal